

Como treinar o teu dragão: Vladimir Putin e o modelo checheno de contra-insurgência

MARCOS FARIAS FERREIRA

MIGUEL HANNES

Resumo: Trata-se de um estudo exploratório sobre a cultura política no Estado russo e a forma como o tradicional patrimonialismo se transforma e adapta às condições da era pós-soviética. Para ilustrar, recorre-se ao caso checheno considerado representativo do complexo padrão de relações entre Moscou e as regiões, no sistema de poder consolidado por Putin desde que assumiu a presidência em 2000.

Palavras-Chave: Chechénia; Kadyrovtsy; Insurgência; Putin; Neopatrimonialismo.



How to train your dragon: Putin And Chechenian contra-insurgency

Abstract: This is an exploratory study about the cultural politics of the Russian State and how the traditional patrimonialism is transformed and adapted to the conditions of the Post-soviet era. The Chechenia case, considered representative of the complex pattern of relations between Moscow and other countries in the regions, illustrates the power system consolidated by Putin since 2000 when he became president.

Keywords: Chechenia; Kadyrovtsy; Insurgency; Putin; Neopatrimonialism.

MARCOS FARIAS FERREIRA

Professor do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCS), Universidade de Lisboa, e do Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), Centro de Estudos Internacionais. marcosfariasferreira@gmail.com

MIGUEL HANNES

Mestrando em Relações Internacionais no ISCS, Universidade de Lisboa. miguelhannes@gmail.com

RECEBIDO EM: 25/02/2016

APROVADO EM: 16/04/2016

1 INTRODUÇÃO: UMA PERIFERIA DE PERIFERIAS

Para compreender as relações entre centro e periferia, entre Moscou e Grozny, no contexto da estrutura política da federação russa, é necessário antes de mais nada entender as lógicas de poder intrínsecas à própria cúpula do estado russo na era pós-soviética. É este o fundo que permite analisar as dinâmicas de transformação, partindo da tendência descentralizadora e centrífuga dos anos 1990 para chegar à recentralização da era Putin, de acordo com o conceito de ‘democracia soberana’ e a estratégia privativa do seu círculo de poder. Na prática, isto significa compreender o modelo de governação altamente centralizado que se desenvolveu em redor de Putin e que integra indivíduos que lhe são leais, na maioria conhecidos de longa data e provenientes da sua cidade natal, São Petersburgo. A atual centralização política é frequentemente apresentada como uma necessidade de organização política confirmada pela história e fiel ao caráter nacional russo. A vastidão do território e o desejo irrevogável de integridade política criaram, desde o século XVI, a ideologia eficaz de justificação do domínio de Moscou sobre múltiplas periferias, criando relações de dependência transversais a diferentes regimes políticos, que deixaram traços visíveis até hoje numa versão renovada de patrimonialismo (PIPES, 1995).

É este o contexto que preside a caracterização da federação russa como uma periferia de periferias, uma poliperiferia (HOPF, 1999) provida de uma arquitetura política descrita, com frequência, como uma ‘vertical’ de poder. A utilização do termo vertical anda associada a uma expressão usada pelo periódico *Rossiskaya* quando se referiu à construção de um ‘governo do topo’ (MONAGHAN, 2012, p. 8). Essa ‘vertical’ foi ganhando expressão à medida que Vladimir Putin conseguiu reconstruir o sistema político-econômico da Rússia pós-soviética de acordo com um modelo que une dirigismo econômico e capitalismo de estado a múltiplas restrições do pluralismo político e da competição democrática (FOXALL, 2015). No interior desse sistema, a Chechênia é percebida como *inner abroad*, uma espécie de ‘estrangeiro dentro de portas’, o que claramente está na base da política de chechenização para vencer a insurgência e o secessionismo.

2 UMA 'VERTICAL DE PODER'?

A nível de discurso político, a 'vertical de poder' traduz-se numa narrativa construída com a intenção de contrastar o caos social e político da década de 1990 com a nova liderança associada a uma cadeia de comando capaz de cumprir os novos desígnios patrióticos. Vladimir Putin formou a sua *entourage* com base numa rede de relações pessoais que havia criado durante os anos de São Petersburgo, onde se destaca Medvedev, escolhido para o tandem e alternância presidenciais. O discurso da equipe governativa passou então a ser de unidade, patriotismo e projeção de estabilidade para consumo interno, ao mesmo tempo que avançava, na esfera externa, a tese do excepcionalismo russo em nome da recuperação do estatuto de grande potência (SAKWA, 2011). Ao longo dos sucessivos governos de 'tandem' Putin-Medvedev, a maioria dos cargos de topo foram ocupados pelas mesmas pessoas de confiança, o que demonstra o conservadorismo na formulação política e a prioridade na manutenção da estrutura de poder. Mesmo que em termos formais e institucionais seja uma democracia liberal, para Sakwa (2011) o sistema político russo atual está em crise e tem que ser visto no contexto de um estado dual em que o estado constitucional contrasta com o regime administrativo. Assim, "é possível argumentar que, de forma contraditória mas substantiva, o potencial de renovação democrática dentro da ordem constitucional existente não se esgotou; ao mesmo tempo, a consolidação autoritária permanece possível" (SAKWA, 2012, p. 1).

O poder formal reside na administração presidencial, no Governo e no Conselho de Segurança (CS), o órgão decisório por excelência. O CS está dividido em dois grupos, um permanente e um temporário. O primeiro é integrado pelos ministros que ocupam as pastas vitais, o porta-voz da Duma e os cargos federais de grande relevo; no grupo temporário encontramos outros cargos governativos de segunda linha e figuras como o Presidente da Câmara de Moscou. Assim, pode dizer-se que, entre 2000 e 2008, Putin 'presidencializou' o regime político russo –que formalmente era semi-presidencialista – recentralizando a estrutura de poder e, além disso, alterando a balança das relações entre Moscou e as regiões a favor de Moscou. Isto traduziu-se na atribuição de mais

poderes ao Presidente e ao CS que, em 2011 e através de uma decisão de Medvedev, evolui para um órgão consultivo e deliberativo, com influência tanto na política interna como externa.

Por seu lado, a estrutura informal de poder é composta por cerca de dez indivíduos. Esta mostra alguma mudança apesar de depender de uma certa estabilidade e é mutável devido aos ‘clãs’ políticos cuja acomodação se faça necessária e que disputam favores e poder. A informalidade da estrutura equilibra os interesses em competição e providencia um mecanismo de recompensa e compromisso. O poder *de fato* é exercido de forma paralela e contingente, e justapõe-se à estrutura formal. Ora, a recentralização do poder não é mero fruto de certa tendência autoritária do regime; ela é um imperativo de acomodação do poder. Num artigo publicado no *The Moscow Times*, Alexander Golts nota que o acidente com o submarino *Kursk* (2000) pôs em marcha a tendência à ‘verticalização de poder’:

A tragédia do Kursk teve um impacto profundo no estilo de gestão forjado por Putin nos dez anos que se seguiram. Mais do que qualquer outro evento isolado, o incidente do Kursk levou Putin a pôr em marcha a sua já famosa e onipresente vertical do poder. O plano de Putin era criar uma hierarquia de tipo militar no seio do seu governo em que os subordinados ficam sujeitos à obediência e lealdade incondicionais (GOLTS, 2010).

Contudo, o caso também demonstrou as fragilidades de tal sistema. De acordo com Golts (2010), Putin teve receio de punir os almirantes que lhe esconderam a realidade dos fatos e o colocaram numa posição desconfortável já que fazê-lo “poria em questão os próprios fundamentos do sistema que se preparava para construir”.

Ao caso do Kursk é preciso juntar o caso do ataque à escola de Beslan por separatistas chechenos (2004), e que implicou um reforço da cadeia de comando legitimada pelo discurso global da guerra contra o terrorismo. O processo de recentralização teve o seu auge com a substituição das eleições diretas dos governadores provinciais pela nomeação presidencial. Monaghan (2012) refuta contudo a ideia de uma cadeia de comando completamente articulada e eficiente. Assim, a capacidade autoritária da

cúpula de poder russo estaria limitada pela burocracia e delegação de funções. De acordo com esta ideia, em 2005 apenas 55% das instruções dadas teriam sido implementadas, baixando este valor para 45% em 2006. Este problema foi reconhecido publicamente por Medvedev enquanto presidente, tendo a seguir decidido um corte de 20% no número de funcionários federais. A questão está contudo na incompetência dos serviços, na burocracia caótica e kafkiana em que é difícil identificar exatamente onde falha ou esbarra o funcionamento do sistema. Sakwa (2011, p. 30) deu a este fenômeno o nome de 'revolução passiva', em que o Kremlin se reserva um papel tutelar no processo de desenvolvimento democrático; não repudia a democracia como objetivo mas coloca-se fora do processo democrático. Assim, e como em qualquer estado em transição, o sistema é híbrido no sentido em que aprofunda a brecha entre o quadro institucional formal e a prática política. No essencial, "a presidência permanece a fonte vitalidade mas é a sua própria proeminência que paralisa todas as outras instituições e cria um sistema em que a iniciativa a partir de baixo é inibida" (SAKWA, 2011, p. 31). Contribuindo para esta dificuldade, a falta de coordenação entre agências e ministérios é notória, criando-se redes de interesse conservadoras que impedem a mudança. Lidar com estas estruturas de interesses promove por sua vez o controle direto ou manual a partir do topo, que é o que move o próprio Vladimir Putin.

Assim, esta micro-gestão da coisa pública levada a cabo por Putin assenta no estabelecimento de mecanismos de monitorização de instruções, tornando todos os ramos da governação sujeitos a intrusões diretas. Contudo, um processo centralizado deste tipo também tem os seus problemas de eficiência; consome muitos recursos, o que leva muitos analistas a considerá-lo um sistema mutualista de favores fechados num círculo de responsabilidades partilhadas e perpetuando uma elite conservadora (MONAGHAN, 2012). Monaghan (2012, p. 11) identifica vários exemplos que revelam a flagrante falta de cumprimento de ordens e de comunicação hierárquica, existindo casos de desprezo deliberado por ordens superiores. O caso do não comparecimento do governador de Moscou Boris Gromov e do Ministro da Energia Sergei Shmatko

na região afetada pelo apagão da passagem de ano 2010-2011 atesta o não cumprimento de ordens, ainda que originadas diretamente em Putin. A falta de coordenação no combate aos incêndios de 2010 que assolaram o Sul da Sibéria, assim como a deficiente implementação de medidas de segurança e vigilância nos terminais de transportes após os ataques terroristas no metro de Moscou (2010), podem ser vistos como exemplos da falta de consolidação da 'vertical de poder'. Monaghan (2012, p. 16) conclui que, a existir uma personalização do poder, esta ocorre pela gestão manual e pela ineficácia da 'vertical de poder' em cumprir ordens, pelo que a análise deve focar-se na compreensão das redes de poder da elite, onde se podem identificar diferentes e paralelas 'verticais de poder' em competição.

3 NEOFEUDALISMO E NEOPATRIMONIALISMO

Vladislav Inozemtsev (2011) considera que esta ineficiência resulta da falta de profissionalismo da elite russa, substituída propositadamente por uma 'ditadura da incompetência'. O autor discorda da teoria da militocracia¹ e não vê o aparelho de estado capturado pelos *siloviki*² mas fruto de uma seleção negativa em termos de recrutamento, em que Putin escolhe figuras medíocres, incapazes de ameaçar os interesses instalados. Relembra ainda que o 'super presidencialismo' russo começou com a reforma constitucional de Yeltsin e subsequente vitória eleitoral de 1996 que, segundo ele, foi orquestrada pelas elites e interesses hoje instalados. Essa seria então a razão de a Rússia ter divergido da Europa de Leste em termos de transição, pois o processo político boicotou verdadeiras alternativas de poder. Inozemtsev (2011) identifica traços de neofeudalismo e neopatrimonialismo no regime russo atual que se manifestam numa corrupção endêmica do sistema. Esta ter-se-á tornado um verdadeiro *modus operandi* nas transações entre estado e indivíduo, já que se generalizou a ideia

1 Militocracia é o regime em que o poder do estado reside no poder militar e serviços de segurança.

2 *Siloviki* é traduzido como 'pessoas de força', os funcionários do estado com passado nos serviços de segurança ou nas estruturas militares.

de que é mais fácil aos indivíduos resolverem os seus problemas individualmente, por meios alternativos, do que através das instituições formais e abertas. O que a 'vertical de poder' criado por Putin permitiu foi um mecanismo de conversão direta de poder em dinheiro e vice-versa. Os pobres pagam um tributo de forma ascendente e os fortes providenciam proteção de forma descendente (INOZEMTSEV, 2011). Há que sublinhar, contudo, que este mecanismo está baseado nas liberdades econômicas que permitem a acumulação de riqueza, sendo que não é possível afirmar que o sistema de poder está em evolução, nem para uma espécie de URSS 2.0 nem para um modelo demo-liberal. O caráter liminar do regime russo fica assim atestado. A governação é executada à custa de uma menor institucionalização do estado de direito e minada por sucessivas acomodações de interesses. Em média, são aprovadas cerca de 400 leis por ano, tendo muitas delas um caráter discriminatório e discricionário, visando casos particulares. A imprevisibilidade torna-se então a regra geral de forma a permitir controlar a escalada dentro da hierarquia neofeudal. Inozemtsev (2011, parágrafo 4) é contundente a este propósito: "A cada nível hierárquico, um certo tipo de suborno e paroquialismo clientelar não é apenas esperado, mas pressuposto, em troca da lealdade incondicional e de uma parte dos ganhos dos seus superiores".

A falta de profissionalismo está bem patente e a tentativa de a encobrir é bastante desajeitada. Há relatos de deputados que adquirem títulos acadêmicos quando da sua passagem pela Duma, constando 71 professores universitários entre 450 deputados (INOZEMTSEV, 2011) nos dados de 2011. A câmara é ainda composta por 49 milionários e 6 bilionários, um processo que coincidiu com o crescimento da economia russa fortemente alavancado na subida do preço das matérias-primas. As receitas do orçamento federal passaram de 1,2 trilhões de rublos em 2001 para 8,2 trilhões em 2008. Ainda segundo Georgyi Satarov, nesta fase os subornos passaram de 33 para 400 bilhões de dólares por ano (INOZEMTSEV, 2011). Este fenômeno criou duas tendências. A população jovem quer empregar-se no estado, à falta de outras opções, o que leva Inozemtsev a considerar que o futuro não trará a modernização do sistema mas a perpetuação de uma classe

conservadora (INOZEMTSEV, 2011). A outra tendência revela que o dinheiro compra posições de poder, o que implica que os deputados paguem a lealdade ao sistema, em troca de proteção, à imagem das trocas sociais feudais. Daqui se compreende o caráter familiar da maioria dos negócios na Rússia, atribuído por muitos a um tecido social onde falta a confiança para outros voos. O patriarcalismo está institucionalizado da mesma forma que um certo feudalismo, e ambos suportam-se mutuamente (INOZEMTSEV, 2011).

O sistema é vulnerável, mas tem uma grande base de apoio devido a uma redistribuição relativa da riqueza produzida desde 2000. O recrutamento não é difícil já que, em geral, o estado oferece uma boa remuneração. Para além disso, os novos representantes desta classe política encabeçam os departamentos e outros serviços das faculdades que, na Universidade Lomonosov de Moscou passaram, desde 1989, de 17 para 39 (INOZEMTSEV, 2011, parágrafo 28). Enquanto professor universitário, Inozemtsev testemunha que, em 2008, 88 dos 109 alunos a quem deu aulas queriam ingressar numa carreira burocrática no aparelho estatal (INOZEMTSEV, 2011, parágrafo 18). Outra fonte de recrutamento são os serviços de segurança, que empregam 12% da população masculina ativa, enquadrada em organizações de hierarquia vertical e de obediência inquestionável, contaminadas por redes clientelares. A maior fonte de recrutamento está, contudo, na progeneração da própria classe política, sem interesse ou incentivo em alterar o sistema, tal como no passado os nobres feudais resistiram à mudança social.

4 O REGIONALISMO E AS RELAÇÕES ENTRE CENTRO E PERIFERIA

Como refere Gel'Man (2009), o 'autoritarismo subnacional' (ou antes, subestatal) e as práticas políticas que lhe deram forma durante a era soviética servem de ponto de partida para compreender os processos de descentralização e recentralização nas relações entre centro e periferia, Moscou e as regiões, no período pós-soviético. Tanto a descentralização dos anos 1990 como a

recentralização efetuada a partir de 2000 têm assim de ser entendidas como *path dependent*, ou seja, “fortemente dependentes dos legados históricos” (GEL’MAN, 2009, p. 2). No contexto político do estado soviético, as relações entre a esfera estatal e a esfera sub-estatal são descritas por Gel’man em termos de ‘lealdade em troca da não interferência’ mas o colapso do soviétismo, incluindo as radicais transformações econômicas e institucionais, haveria de alterar essa relação de forças. Um dos elementos cruciais para compreender este fenômeno foi certamente o enfraquecimento das capacidades distributiva e coerciva de Moscou face às regiões o que, como sublinha Gel’man, acabaria por produzir “a transferência espontânea do Centro para o nível local dos poderes e recursos mais importantes, incluindo a capacidade de *leverage*” (GEL’MAN, 2009, p. 2).

O fenômeno tem sido estudado com atenção no sentido de compreender as mutações, não só no exercício dos poderes regionais mas também no exercício dos poderes no Kremlin, mas o ponto mais crítico é o da nova acomodação negociada entre ambos na era pós-soviética. Assim, e reconhecendo a impossibilidade de travar os avanços políticos regionalistas, Moscou procurou capitalizar a seu favor os poderes concentrados pelos chefes locais mas agora no contexto competitivo de uma democracia eleitoral. Ainda segundo Gel’Man (2009), o resultado foi uma estratégia de ‘apaziguamento seletivo’ para alguns territórios e a transferência de direitos e poderes exclusivos para várias regiões. A fragmentação política e a assimetria nas relações entre centro e regiões foram criando o sentimento generalizado de erosão da soberania russa e a possibilidade real de desencadear um processo de desintegração da federação russa.

A resposta a estes desafios seria dada a partir de 2000, com a chegada Putin à presidência da federação. Através da recentralização administrativa, Putin concentrou os seus esforços na recuperação da capacidade do estado e do aparelho distributivo e coercivo que, na década anterior, tinham caído sob controle de atores locais. Assim, e para além da renovada capacidade financeira do estado, permitida em grande parte pela subida dos preços das matérias-primas, também a renacionalização do processo produtivo em

áreas consideradas estratégicas, o redesenhar do mapa das regiões e a decisão de abolir as eleições diretas para governador, tudo pode ser visto como parte de um mesmo projeto político de recentralização protagonizada pelo tandem Putin/Medvedev e pela formação política criada à sua imagem e tornada dominante –a Rússia Unida. Nas palavras de:

A introdução de um regime de nomeação eficaz dos governadores acabou por colocar em execução um novo contrato informal entre o centro e os chefes locais que resolveu o problema dos compromissos mútuos, fator que havia impedido anteriormente a supremacia política do partido Rússia Unida (GEL'MAN, 2009, p. 3-4).

Ainda assim, e fruto dos protestos de massa após as eleições de 2011 para a Duma, as eleições para governador de província foram reintroduzidas em 2012. Embora J. Paul Goode considere esta tendência de caráter liberalizador, também reconhece que foram introduzidos diversos 'filtros' que permitem despistar o aparecimento daquilo a que chama candidatos acidentais. Por exemplo, o filtro presidencial consiste numa série de consultas entre o presidente russo, os partidos e os putativos candidatos. Nas palavras do autor, e "embora estas consultas não sejam requeridas pela lei, a prática emergente é a de que Putin se reúna com as chefias dos partidos políticos para discutir os candidatos a governador" (GOODE, 2013, p. 9). Num artigo em que questiona se a legislação de 2012 é liberalizadora ou mera reforma aparente, ao estilo de Potemkin, Goode (2013) sublinha que este sistema de consultas é a mera continuação da prática anterior em que os chefes dos partidos em Moscou nomeavam os candidatos a governador, passando frequentemente por cima das preferências dos chefes regionais. Na prática, o novo sistema atribui ao Kremlin um veto informal sobre os candidatos a governador e mantém o processo sob o controle direto do presidente da federação.

Assim, a ascensão política do movimento de Putin tem que ser entendida na perspetiva mais ampla do redesenhar das relações entre atores federais e locais na Rússia pós-soviética, e a sua hegemonia como produto do compromisso forjado entre ambos os níveis políticos: mãos livres para os atores no nível local em

troca do recrutamento nas fileiras do partido 'oficial' e consequente mobilização eleitoral. Ao mesmo tempo, a estratégia foi potencializada pela expansão de uma classe média urbana disposta a apoiar o *status quo* desde que o crescimento econômico lhe trouxesse vantagens materiais, como o consumo e as viagens ao estrangeiro. Retira uma conclusão relevante quando compara este regime de relações com o vigente na era soviética e que passa pelo monopólio político do partido dominante, tanto ao nível subestatal como ao nível federal:

Embora o partido Rússia Unida não seja a reencarnação do PCUS, e o papel das empresas atuais, com a Gazprom à cabeça, tenha pouco em comum com os ditames dos antigos ministérios todo-poderosos, a natureza não competitiva dos regimes federal e sub-estatal e a monopolização da economia, já não assente na planificação centralizada mas na extração de rendas do setor dos recursos, permite identificar tendências similares (GEL'MAN, 2009, p. 4).

Como insiste Goode (2013), a tentativa do Kremlin de controlar as eleições para governador de província após 2012 faz de qualquer eleição verdadeiramente competitiva uma falha do regime. É a este propósito que o autor fala do efeito Naval'ni, o candidato da oposição às eleições de 2013 para prefeito de Moscou. A competição contrapôs Sobianin, o candidato oficialista, a Naval'ni e pretendia servir de mecanismo de legitimação do *status quo* e de consolidação da popularidade de Putin. Contudo, a campanha eleitoral correu de forma inesperada, Naval'ni acumulou apoios e os resultados –que muitos contestaram– determinaram uma maioria simples do oficialismo. Em conclusão, o Kremlin enfrenta nesta matéria decisões de fundo que certamente moldarão o regime a curto e médio prazo. Na opinião de Goode (2013, p. 10), isto traduz-se numa situação difícil de resolver em face da livre competição eleitoral:

Em futuras eleições para governador, os titulares dos cargos [oficialistas] enfrentam um dilema fundamental: procurar vencer uma eleição genuinamente livre e assim fortalecer a sua legitimidade, ou conduzir uma campanha negligente e pouco empenhada, com garantia prévia de vitória, mas sempre com a possibilidade de os planos saírem frustrados.

5 A CHECHÊNIA: DIMENSÕES CULTURAIS DE UMA REGIÃO CONTURBADA

Antes de passar à análise das relações de poder na Chechênia e da estratégia de ‘chechenização’ levada a cabo por Putin para conter a insurgência na república, é importante compreender as dimensões culturais da região, bem como os principais eixos de disputa. De acordo com a descrição que Charles King faz do Cáucaso, as dinâmicas históricas, políticas e culturais na região seguem a divisão este/oeste e a fragmentação foi o resultado mais perene:

Os conceitos de império e nação formam a tessitura da narrativa histórica –a história da expansão russa para sul, os consequentes conflitos com persas e otomanos e a resistência permanente das pequenas nacionalidades apanhadas no meio do confronto entre os impérios eurasiáticos. [...] Fronteiras, lealdades e identidades deslocaram-se frequentemente ao longo da história. Olhando de forma transversal para a região, é possível ver nacionalismos modernos que quase não existiam há um século, identidades culturais bem estabelecidas hoje quase extintas e povos, línguas e culturas que apareceram, desapareceram e reapareceram de diferentes formas –frequentemente num curto período de tempo (KING, 2008).

É a tomada de Astrakhan pelos russos em 1556 que permite a virada para o Cáucaso, mas só com Pedro, o Grande, estão criadas as condições para a conquista da região (BADDELEY, 1908). Contudo, e como sublinha Tiago Lopes, mesmo após 50 anos da anexação formal, a forte resistência local punha em causa a integração do Cáucaso ao império. A necessidade de consolidar o controle de uma região etnicamente muito fragmentada e sempre propícia ao surgimento de movimentos separatistas levou as autoridades soviéticas a optar pela solução do etnofederalismo (LOPES, 2011).

Em termos sociais e etnográficos, a Chechênia é das regiões mais tradicionalistas da federação russa, prevalecendo até hoje uma organização de tipo clânico. Além disso, demonstra um sentimento nacional muito forte na relação com outros grupos étnicos da região. Os chechenos dividem-se em cerca de 150 *teyps* ou clãs,

dos quais o maior conta com cerca de 100.000 indivíduos. Estes *teyps* são divididos em *gar* (ramos), que por sua vez se repartem em *nekyes* (famílias patronímicas), que por sua vez se subdividem em grupos afiliados até a 7.^a geração. No nível mais micro, encontram-se as famílias simples ou *dōzal*. Ao longo do tempo, uma certa erosão da identidade coletiva tornou os *nekyes* mais relevantes que os *teyps*. A história da região impediu a formação de sociedades estratificadas de tipo moderno, não havendo uma divisão de classes nem a formação tradicional da aristocracia latifundiária e burguesia urbana. As diferenciações usadas remetem para a divisão entre habitantes das montanhas e das planícies. Na ausência de leis escritas, impôs-se a lei costumeira (*adat*), onde a honra tem um papel vital nas relações interpessoais e é o valor central no código social vigente. Este traço social é conotado nos homens com a coragem, hospitalidade, generosidade, respeito pelos mais velhos e o assegurar de uma vida digna para os familiares. A honra está intimamente relacionada com a capacidade de vingar ofensas perpetradas contra os “seus”, sejam físicas ou verbais, originando feudos de sangue (*ch’ir*) contra o ofensor e/ou familiares masculinos maiores de 16 anos. O ‘feudo de sangue’ restaura a honra roubada pelo ofensor e a ausência de retaliação é vista como um sinal de fraqueza, sendo o visado e seu clã estigmatizado em público, o que leva à perda de prestígio. Tanto o clã como os indivíduos procuram defender a dignidade do grupo e estabelecem relações de mútua dependência (SOULEIMANOV, 2015, p. 96).

Ainda assim, vale a pena recordar com Hughes (2007) que o fator étnico na Chechênia não deve ser visto de forma apriorística nem determinista, e que o conflito aberto não era nem mais nem menos inevitável do que noutros lugares do espaço pós-soviético. Assim, e nas palavras do autor, tão importante como reconhecer os fatores históricos no desencadear do conflito é “evitar uma interpretação abertamente historicista das causas do conflito” (HUGHES, 2007, p. 1), que como dizer que se torna necessário retirar o caráter essencialista e imutável a categorias como ‘história’, ‘conflito’ e ‘etnia’ e olhar mais para os processos da sua transformação sociológica. Essa é a linha de investigação de

Hughes quando sublinha que, em contraste com estudos anteriores, pretende explorar o papel da contingência no desencadear do conflito da Chechênia. Nas palavras do autor, nos últimos anos a literatura tem explorado a forma como “a contingência do período de liberalização durante a *Perestroika* de Gorbatchov alimentou a ideia de autodeterminação nacional e impulsionou a oposição ao domínio soviético nos países da Europa Central e do Leste e entre os povos da União Soviética” (HUGHES, 2007, p. 1). Desta forma, os incentivos étnicos para o conflito e a sua resolução ou contenção devem ser equilibrados com outros, que levam em conta a acomodação de diferentes tipos de interesse, designadamente a cooptação das elites locais.

6 A CHECHÊNIA: HISTÓRIA DE UM CONFLITO

Como notou Adrian Campbell, o conflito na Chechênia é o sinal mais dramático da incapacidade das autoridades e da política federal russas em relação aos grupos étnicos não dominantes instalados no território da federação russa. De acordo com o autor:

A incapacidade para institucionalizar a resolução de conflitos, a rejeição de negociar com a oposição nacionalista, os emergentes e excessivos poderes do presidente, a eliminação de regimes regionais diferenciados, a ineficiência da distribuição inter-regional e a falta de vontade para lidar com o passado stalinista estão entre os déficits mais importantes (CAMPBELL, 2009, p. 63).

O domínio russo sobre as estepes eurasiáticas é o grande fator nas dinâmicas humanas e políticas da região nos últimos seis séculos. Assim, a história da Rússia e a sua construção como nação está intimamente ligada ao processo imperial, ao expansionismo e à consolidação de um modelo patrimonialista de administração de coisas e pessoas (PIPES, 1995). A expansão para o Cáucaso é atribuída por historiadores como Pipes à procura de águas quentes, uma razão compatível com a importância geoestratégica da região. Contudo, o choque de interesses com os Impérios Persa e Otomano tornou a presença do Império Russo intermitente entre os séculos XVIII e XIX, e os avanços e recuos foram constantes. A conquista da região costuma ser associada à captura, em 1857 de

Shamil, chefe dos Avares que durante anos conseguiu organizar uma resistência conjunta dos diferentes grupos étnicos às inúmeras invasões ao Cáucaso. Mesmo depois da conquista, a região permaneceu difícil de administrar pela resistência ao poder russo e constantes revoltas, difíceis de eliminar devido ao caráter montanhoso da região. No fim da Segunda Guerra Mundial, os chechenos voltaram a revoltar-se contra a dominação russa/soviética e foram acusados de colaboração com a Alemanha nazista. Como muitas outras etnias do Cáucaso, foram sujeitos a deportações para a Ásia Central, onde se estima que um quarto da população tenha morrido. Com o fim do período stalinista foram autorizados a regressar à região de origem, mas as dificuldades do processo tornaram o problema étnico do Cáucaso Norte ainda mais complexo.

A abertura promovida em Moscou por Mikhail Gorbatchov permitiu às elites chechenas iniciarem um movimento secessionista liderado pelo antigo general soviético Jokhar Dudayev. A independência é então declarada unilateralmente em 1991, o que leva à intervenção militar russa que termina em 1994, e que é conhecida como a primeira guerra da Chechênia. Como sublinha Hughes (2001), este conflito pode ser entendido no contexto de um novo envolvimento imperial da Rússia, primeiro sob Ieltsin e depois sob Putin, mas que é apenas mais um no espaço pós-soviético, considerando o envolvimento na Abcásia, Ossétia do Norte, Transnístria e até Tadjiquistão. Depois dos exemplos da Argélia, Vietname e Afeganistão, este caso confirmou a dificuldade das forças convencionais em combater uma guerra assimétrica e não convencional. Em 1996 é assinado um acordo de paz que transformou a Chechênia num estado independente *de fato*, ficando a definição do estatuto político adiada até 2001. Convém notar que a insurgência chechena nunca foi unificada, e duas facções principais foram ganhando notoriedade, dividindo-se quanto à sua doutrina religiosa: uma facção tendencialmente secular liderada por Dudayev, com apoio dos Kadyrov e da maioria da população sunita, doutrina religiosa sunita enraizada no Cáucaso; uma segunda facção mais radical, da escola wahabita originária da península arábica, e liderada por Shamil Basayev com inúmeros apoios na diáspora chechena, inclusive por parte da Al-Qaeda. As operações

militares acabariam por demonstrar que as estruturas wahabitas estavam mais bem preparadas para resistir a um longo conflito do que as sufistas (RUSSELL, 2011a, p. 1078).

Sob a égide da OSCE realizaram-se eleições presidenciais em 1997, ganhas pelo moderado e então primeiro-ministro interino Aslan Maskhadov com 64.8% dos votos, contra os 24% de Basayev. Com a Chechênia devastada economicamente e à mercê dos senhores da guerra, Maskhadov não conseguiu garantir a estabilidade do seu governo. O seu principal opositor, Basayev, fez o possível para minar a governo e espalhar instabilidade na região, apesar de exercer o cargo de Vice-Primeiro-Ministro. Maskhadov tentou gerir as pressões oriundas dos vários clãs e suas milícias armadas, tendo inclusive instaurado a *Sharia* como concessão aos wahabitas, o que resultou num maior isolamento do novo regime no plano internacional. Através dos crescentes contatos com a insurgência no Daguestão, Basayev idealizou a independência com base na união das duas repúblicas num estado de matriz islâmica. Em agosto 1999, e com a ajuda do aliado saudita Al-Khattab, que proporcionou 1400 milicianos, Basayev invade o Daguestão para libertá-lo do 'jugos russo'. A ofensiva falha estrondosamente e em um mês o exército russo torna a controlar a república. No início de setembro uma vaga de explosões em zonas residenciais atinge Moscou, sendo a autoria atribuída a Basayev e Al-Khattab que, contudo, rejeitam as acusações.

Foram estes dois acontecimentos que serviram de pretexto para desencadear a segunda guerra da Chechênia. Maskhadov repudiou os atos violentos e comunicou a Moscou a sua intenção de deter e eliminar a militância radical. O então Primeiro-Ministro Vladimir Putin acusou a Chechênia de servir de abrigo e campo de treino para terroristas, e numa clara assunção e afirmação de poder dá início à invasão da Chechênia em Outubro, ganhando um trunfo político que o levaria diretamente à Presidência. Durante a invasão, o grande mufti e dirigente insurgente Akhmad Kadyrov entregou deliberadamente a cidade de Gudermes às tropas russas, naquilo que é visto como uma *volte-face* decisiva na cooptação da insurgência a favor dos russos. Putin aproveitaria as inúmeras clivagens entre sufis e wahabism, de acordo com a velha

máxima ‘dividir para reinar’. Com isto a intenção era a de “chechenizar” as estruturas de poder e submetê-las finalmente à soberania russa (RUSSELL, 2011a, p. 1080).

Em pouco tempo a Rússia retomou o controle das fronteiras da Chechênia, repondo assim a soberania russa *de jure*, mesmo que não acompanhada de um controle *de fato* do território. Ainda que controlando os principais pontos geoestratégicos, a capacidade militar e de organização da insurgência, ajudada pela população local, mostrou-se um enorme obstáculo à ocupação total. As características do terreno permitiram a continuação da atividade das milícias que aproveitaram a convivência da população civil para esconder rebeldes e reintegrá-los posteriormente ao combate. A estratégia russa inicial passou por uma política de proximidade. Quando esta não deu frutos, devido à idiosincrasia dos chechenos, o cerco das localidades tornou-se uma prática corrente na esperança de impedir a fuga de rebeldes e pressionar a população civil a denunciá-los. Vários crimes de guerra foram perpetrados na ocasião pelas autoridades russas como, por exemplo, a tortura, o rapto e as execuções sumárias. O estatuto da Chechênia impediu sempre o envio de observadores imparciais para investigar tais crimes, e a Rússia nunca demonstrou vontade política para autorizá-lo, podendo-se mesmo afirmar que tais crimes ocorreram com impunidade. Em 2005, e por pressão internacional, foram reveladas 50 valas-comuns com corpos de chechenos do gênero masculino.

A literatura sobre os conflitos assimétricos tende a valorizar os elementos clássicos da guerra, como a tecnologia e a produção industrial. Contudo, vários conflitos demonstraram a ineficácia de grandes estados em vencer conflitos não convencionais (SOULEIMANOV; ALIEV, 2014). É preciso notar que os insurgentes lutam até à morte, dedicando sua vida à insurgência. A assimetria motivacional entre insurgentes e incumbentes é variável e instável, já que pertence à categoria de incentivos temporários ou conjunturais. Há, todavia, incentivos permanentes que influenciam os conflitos, como os códigos de valores socioculturais (SOULEIMANOV; ALIYEV, 2014). Presentes em culturas de honra como a chechena, e ausentes nos estados de direito

pós-industriais, criam uma assimetria que favorece os primeiros. No caso checheno são identificadas três características que perpetuaram o conflito, tornando ineficazes os incentivos políticos ou econômicos vindos do exterior. São elas “a retaliação, a hospitalidade e o pacto de silêncio” (SOULEIMANOV; ALIYEV, 2014, p. 686).

Segundo Nivette (*apud* SOULEIMANOV; ALIYEV, 2014), a retaliação é um instrumento essencial de organização social em sociedades com fracos laços socioeconômicos e falta de estruturas políticas formais, servindo como mecanismo de mobilização violenta. Como já visto anteriormente, a retaliação associada ao ‘feudo de sangue’ visa não apenas o ofensor mas as suas linhas patrilineares. É uma obrigação moral, desprovida de conotações ideológicas, econômicas ou outras (SOULEIMANOV; ALIYEV, 2014). Durante a primeira guerra da Chechênia, muitos chechenos mobilizaram-se apenas pela violência indiscriminada por parte das tropas russas, motivados em defender a honra do clã, não se assumindo de início como insurgentes. A impossibilidade de identificar soldados russos levou o ‘feudo de sangue’ a uma ofensiva generalizada contra os russos. Começou assim a violência inter-étnica, sendo difícil distinguir entre os carrascos militares e a estrutura civil que os suporta (SOULEIMANOV; ALIYEV, 2014). O código de silêncio impede a colaboração com forças exteriores e é uma prática ancestral. No caso da primeira guerra da Chechênia, este código social impediu os russos de obterem informações detalhadas sobre a insurgência, apostando então na violência indiscriminada. Sabe-se que esta prática é contraproducente em operações de contra-insurgência, pois reforça e legitima os rebeldes. O código de silêncio permite o deslocamento dos insurgentes com relativa facilidade, sobretudo durante a noite e por zonas montanhosas que lhes são familiares. Por fim, o código de hospitalidade obriga as populações a receberem os insurgentes em suas casas. São-lhes dada dormida, alimentação e tratamento médico, mesmo que os anfitriões não patrocinem a insurgência. Foi muito útil durante a primeira guerra chechena, moldando a base social da insurgência e permitindo a sua continuidade em face de ameaças russas (SOULEIMANOV; ALIYEV, 2014).

A *volte-face* de Kadyrov permitiu a Putin usar forças locais neste tipo de operação de contra-insurgência. A eficácia do método havia já sido provada noutros conflitos, como no caso dos *Flechas*³ na Guerra do Ultramar português. Como foi visto anteriormente, há uma assimetria no conflito devido ao fato de os códigos de valores locais favorecerem a insurgência. A cooptação de forças locais tornou a equilibrar a assimetria pelo seu conhecimento do microcosmo local (SOULEIMANOV; ALIYEV, 2014). A figura de Kadyrov foi vital para o sucesso desta estratégia. Era um antigo rebelde com vastos conhecimentos sobre a insurgência e mantinha contato com os ‘senhores da guerra’. Era um homem religioso com influência na região, e fervorosamente anti-wahabita, tendo um ‘feudo de sangue’ com os separatistas jihadistas. Contudo, Moscou não confiava inteiramente nele (SOULEIMANOV, 2015) e assim estabeleceu um complexo sistema de pesos e contra-pesos integrando outros ex-rebeldes de clãs diferentes (ŠMÍD; MAREŠ, 2015, p. 665), entre eles, “Musa Gazimagomadov, chefe das forças especiais da polícia da região de Shatoy; Sulim Yamadayev, chefe do batalhão Spetsnaz Vostok; e Said Kakiyev, chefe do batalhão Spetsnaz Zapad”.

Os batalhões Spetsnaz, que são unidades de forças especiais, estavam sob alçada da GRU, os serviços secretos militares, enquanto as outras unidades, particularmente as de Kadyrov, estavam sob alçada da FSB, então liderada por Putin. É preciso notar que no início do seu mandato presidencial, através de um decreto, Putin colocou esta agência sob controle direto do Presidente. O papel inicial de Kadyrov foi apenas decorativo, dividindo o poder com o Primeiro-Ministro nomeado por Moscou. Ganhou poder de fato com as eleições de 2003, apoiadas por Moscou mas denunciadas como fraudulentas por várias ONGs. A administração chechena coexistia assim com um comitê apontado por Moscou, tendo criado novos espaços administrativos para garantir a jurisdição

3 Os *Flechas* foram forças de operações especiais criadas para operar na Guerra do Ultramar português (1961-1974) e que estavam na dependência da polícia política do regime salazarista (PIDE).

do Ministério da Defesa e do Estado-Maior do Exército, sendo os assuntos militares supervisionados pelo GRU e FSB.

Parece que a coexistência de instituições de caráter civil-administrativo e militar-securitário foi montada propositadamente (SOULEIMANOV, 2015). A tarefa de Kadyrov foi eliminar a resistência a partir de dentro do movimento insurgente. Para tal era necessário uma anistia, processo que Putin encorajava desde 1999. Esta foi recebida com ceticismo, mas o prestígio de Kadyrov levou vários rebeldes e chefes locais a entregarem as armas. Posteriormente conseguiu mobilizar os antigos rebeldes para integrarem uma força leal e pessoal que viria a consistir nos atuais *Kadyrovtsy*. Estabeleceu com estes uma relação de dependência e compromisso, de forma a evitar traições. Numa região assolada pela pobreza, Kadyrov dispunha de meios para redistribuir fundos e subvenções vindos de Moscou, aliciando assim muitos antigos rebeldes. Estes foram cooptados ainda por via da segurança garantida pela fidelidade a Kadyrov, por sua vez fiel a Putin. Esta relação tornou-se assim uma forma de proteger as famílias das atrocidades dos soldados russos. Juntar-se a uma comunidade militar garantia a sobrevivência à imagem dos clãs tradicionais, cuja rede de proteção se havia erodido (SOULEIMANOV, 2015).

Dois mecanismos resultaram na consolidação deste exército 'privado'. Através da sua rede de contatos, Kadyrov ameaçou familiares de insurgentes caso estes não capitulassem (SOULEIMANOV; ALIYEV, 2014). Um exemplo famoso é o desaparecimento de familiares de Maskhadov. O outro mecanismo diz respeito à integração de antigos rebeldes aos *Kadyrovtsy*. Através dos seus conhecimentos sobre o *modus operandi* da insurgência foi possível recolher informações a favor dos russos que se aproveitaram do contexto de operações de cerco às cidades, chamadas 'zachistas', onde através do terror tentaram desmembrar e desincentivar a insurgência. Em face desta nova violência indiscriminada e impune, várias famílias foram forçadas a juntar-se a Kadyrov para sobreviver. Lutaram contra os insurgentes, o que provocou novos 'feudos de sangue' com os clãs rebeldes, tornando-se ciclicamente mais dependentes dos *Kadyrovtsy* (SOULEIMANOV; ALIYEV, 2014). Os novos membros sujeitaram-se a acatar quaisquer ordens, sendo

punidos com a morte em caso de deslealdade, podendo integrar com eles três elementos da família. Estimativas apontam para que, em meados da década de 2000, cerca de cem mil indivíduos dependiam diretamente dos *Kadyrovtsy*, estando esta força militar composta por cerca de sete mil membros (SOULEIMANOV, 2015, p. 107).

7 O KREMLIN E A CHECHENIZAÇÃO DA CHECHÊNIA

Assim, é possível identificar uma política de ‘chechenização’ do Kremlin para a administração da Chechênia. A literatura refere-se a ela como a opção estratégica, por parte de Moscou, de colocação de colaboradores leais em lugares de topo na administração do território, em vez de optar pela administração direta, para controlar, subjugar a insurgência e conter o conflito (CAMPBELL, 2009). No âmbito desta política de ‘chechenização’, os *Kadyrovtsy* foram gradualmente substituindo as forças russas, assumindo as tarefas de contra-insurreição. De acordo com Campbell (2009), estas forças, que estão sob controle direto do Presidente Ramzan Kadyrov, são forças paramilitares ao serviço, não do estado de direito, mas do projeto de poder pessoal do próprio Kadyrov. As fileiras do corpo aumentaram rapidamente devido aos ‘feudos de sangue’ iniciados entre os vários setores da sociedade, aumentando a violência e causando um efeito-dominó de perseguições e denúncias. Em meados de 2004, o cerne da rebelião havia sido derrotado, e os ataques reduzidos para metade em relação aos primeiros anos da década. Em contrapartida, aumentaram os ataques terroristas contra alvos civis fora da Chechênia, nomeadamente o ataque ao Teatro Dubrovka de Moscou (2002) e à Escola de Beslan (2004). Provou-se eficaz o uso de forças locais, já que estas alteraram a base de suporte popular, quebrando os laços que uniam a sociedade e os códigos sociais que permitiram o sucesso da insurgência na primeira guerra chechena (SOULEIMANOV; ALIYEV, 2014).

Através da sua política de chechenização, Putin colocou um chefe autocrático a administrar uma sociedade tradicional, estruturada em torno de elites clânicas policêntricas. Com isto,

marginalizou quer a oposição interna quer a externa e conseguiu neutralizá-las. Ao mesmo tempo, foi forjando uma elite local baseada na lealdade pessoal (RUSSELL, 2011a). A Chechênia de Kadyrov é *de jure* russa, mas étnica e religiosamente permanece distinta, tendo mesmo conseguido reforçado o sentimento de pertença a uma nação chechena separada. Akhmad Kadyrov é assassinado pouco depois, em maio de 2004, por ordem de Basayev. Ramzan, seu filho, sucede-lhe, controlando fundos e subvenções provenientes de Moscou. Todavia, é Alu Alkhanov quem formalmente toma posse do cargo de Presidente enquanto Ramzan não completa os trinta anos, idade mínima para o cargo. Ramzan sobe então ao poder em 2007, e realizam-se eleições de forma a legitimar o cargo. Até à tomada de posse de Ramzan, Maskhadov e Basayev foram assassinados, em 2005 e 2006 respectivamente mas a centralização do poder ocorre envolta em tensões entre os vários clãs pro-russos. Como visto acima, os três clãs pro-russos foram integrados em estruturas rivais da federação que competiam entre si. Sob a alçada do Ministério do Interior, logo de Putin, estavam os *Kadyrovtsy* e os *Kakiyevtsy*, enquanto os *Yamadayevtsy* foram integrados no Ministério da Defesa (GRU) e os *Baysarovtsy* na FSB.⁴ Estes grupos agravaram o facionalismo institucional e após a sua integração continuaram as suas atividades baseadas nas relações clânicas, 'privatizando' as estruturas federais (ŠMÍD; MAREŠ, 2015). Supõem-se que Ramzan terá sido o eleito de Putin para governar a Chechênia, pois foi por sua ordem direta que o centro do FSB para a região foi desmembrado. A unidade Gorets sob comando de Baysarov foi desmantelada e os seus membros integrados em outras unidades sob comando de Kadyrov. Antigas acusações de rapto e assassinio datadas de 2004 caíam sobre Baysarov. Materializaram-se por pressão de Ramzan, tendo sido emitida uma ordem de captura executada pelos *Kadyrovtsy* em plena Moscou, onde Baysarov foi abatido por alegadamente estar na posse de uma granada. Este episódio demonstrou o poder que Ramzan, entretanto, havia feito confluir na sua figura.

4 A FSB é a principal agência de segurança da federação russa, resultante da reorganização da KGB soviética.

Os *Yamadayeysy* foram o último clã armado a ser desmembrado. O seu batalhão Vostok, assim como o Zapad de Kakiyev, foram desativados e retirados da alçada do GRU, numa clara luta institucional de poder com o FSB. Os *Yamadayeysy* tinham sido aliados de Akhmad Kadyrov na primeira guerra chechena, assim como na luta contra a influência wahabita. Em 1999 passaram para o lado pró-russo, tendo Ruslan Yamadayev, um dos irmãos, desempenhado o cargo de deputado federal na Duma, entre 2003-2007. O enfraquecimento deste grupo armado ocorre quando Ramzan se torna o chefe do partido Rússia Unida na Chechênia, em dezembro 2005. Após alguns embates violentos entre os *Kadyrovtsy* e os *Yamadayeysy*, por motivos de controle territorial, Ramzan pediu a substituição da liderança do batalhão Vostok, então liderado pelo outro irmão, Sulim Yamadayev. Este passo significou uma vitória para Ramzan e Putin, já que o primeiro passou a controlar a Chechênia (excetuando as bolsas do separatismo radical) e o segundo conseguiu contrariar a influência do GRU na região (ŠMÍD; MAREŠ, 2015).

Assim, a Chechênia passou a ser a única região russa com forças sob comando local. Em 2006 iniciou-se a legalização das milícias, integradas nos batalhões Sever e Yug, de etnia chechena, compondo hoje cerca de mil e duzentos homens. Em 2007, Putin reduziu o número de soldados para a região, de cinquenta mil para vinte e cinco mil. O resultado das lutas pelo poder colocou Ramzan na liderança das forças de toda a república sob alçada do MVD (Ministério do Interior). A estrutura das forças armadas sob comando de ramzan Kadyrov é a seguinte (ŠMÍD; MAREŠ, 2015, p. 671):

- Regimento de Proteção Departamental associado ao MVD checheno (*Neftyany polk*): 2400-3000 homens;
- Regimento Spetsnaz associado ao MVD checheno: 1600-1800 homens;
- Batalhões Sever e Yug da 46.^a Divisão, forças internas da federação russa associada ao MVD: 2000 homens;
- Dois regimentos independentes de monitoração: 1200-1500 homens;

- Companias que protegem o quartel-general: 500-1000 homens;
- Duas companias especiais da antiga 42.^a Divisão motorizada: 300-500 homens;
- Uma unidade OMON (forças especiais da polícia): 300 homens;
- Protecção pessoal de Ramzan Kadyrov e liderança chechena: cerca de 500 homens.

Este exército pessoal é financiado pelo orçamento federal, equivalendo ao financiamento para o Ministério das Emergências (ŠMÍD; MAREŠ, 2015). Estas forças representam milícias paramilitares integradas nos serviços de segurança federais, estando em permanente reorganização. Através da política de chechenização, substituíram as forças russas e agem com total impunidade, sob pretexto de combaterem a insurgência. Há quem considere os *Kadyrovtsy* como a *oprichnina*⁵ de Putin (ŠMÍD; MAREŠ, 2015). Em 2009, a operação antiterrorista é declarada formalmente terminada e, desde então, a república chechena tem registado uma gradual diminuição de ataques insurgentes. Em 2013, a região contabilizou trinta e nove mortes por estes ataques, o que, comparado com os 341 no vizinho Daguestão, a transforma numa das repúblicas mais seguras do Cáucaso Norte (SOULEIMANOV; ALIYEV, 2014).

Em termos discursivos, a estratégia passou por criar uma narrativa maniqueísta em que Ramzan surge como 'o bom checheno' enquanto toda a oposição é representada de acordo com os cânones do sentimento russo antichecheno. Como na maioria das entidades políticas pós-soviéticas, a Chechênia apresenta uma tendência dinástica e autoritária bastante marcada, gozando Ramzan de uma legitimidade herdada do seu pai enquanto figura importante para a causa chechena, e porque corporiza a autonomia chechena nunca antes realizada. De fato, as estruturas soviéticas nunca representaram a região, sendo o primeiro líder checheno do

5 *Oprichnina* é a política de estado do reinado de Ivan 'O Terrível', assente no uso de polícia secreta para impedir a formação de pólos de poder alternativos e garantir a centralidade absoluta em Moscovo.

PCUS, Doku Zavgayev em 1989. Kadyrov possui carisma, e ganhou a admiração dos jovens pelo seu estilo de vida extravagante, e dos conservadores pelo valorizar da cultura chechena e islâmica, construindo a maior mesquita europeia em Grozny. O seu regime pode ser descrito como sultanismo, embora haja uma autoridade temporal superior em Putin (RUSSELL, 2011b). Foi indiscutivelmente um 'senhor da guerra'. Assim, é possível comparar a posição de Ramzan Kadyrov em face a Moscou à de um sátrapa, termo usado para descrever as relações de suserania entre centro e periferia no Império Aquemênida (RUSSELL, 2011b). Contudo, e formalmente, apresenta-se como um verdadeiro *nation-builder* que procura dignificar e celebrar a cultura chechena e conduzir a comunidade em direção ao desenvolvimento. Possui elevada mobilidade, quer interna quer externa, sendo mesmo recebido como chefe de estado nos seus deslocamentos pela Rússia.

A relação entre Putin e Ramzan Kadyrov denota assim um compromisso neopatrimonial. Putin disponibiliza fundos econômicos a Kadyrov em troca da garantia de estabilidade na região. Não existem mecanismos de monitoração para aplicação dos fundos, nem um programa gerido por uma administração burocrática racional. A gestão do orçamento checheno é feita sem separação entre a esfera privada e a pública, tendo Kadyrov acumulado uma fortuna inestimável que redistribui pela sua rede de dependência – um conjunto de pessoas que partilham seu modo de vida opulento. A 'chechenização' é, todavia, completa, estando a república a viver uma autonomia política nunca antes alcançada, à exceção do interregno entre guerras. Assim, é virtualmente impossível um regresso à dominação russa da estrutura política. Para equilibrar esta tendência, Medvedev nomeou Alexander Khloponin para Governador do distrito federal do Cáucaso Norte, de forma a ter algum tipo de controle sobre a região. O *status quo* é contudo bem aceite, pois serve interesses políticos mútuos. No entanto, a integração cultural chechena numa grande Rússia reminescente da política soviética de 'amizade entre os povos' é improvável, já que a matriz islâmica choca com a realidade cristã ortodoxa que serve de instrumento de dominação política. O mais recente discurso

antiocidente de Putin serve de fator de mobilização, tanto para os russos como para os muçulmanos do Cáucaso Norte.

Num relatório apresentado em 2015 pelo *International Crisis Group*, a Chechênia é curiosamente apodada, no contexto da política russa, de *inner abroad*, numa clara alusão ao conceito de *near abroad* cunhado, na década de 1990, para identificar as antigas repúblicas soviéticas soberanas formalmente e separadas da Rússia. Nele conclui-se que a Chechênia tornou-se uma verdadeira exceção política e administrativa dentro da federação russa mas que essa assimetria não resolveu o conflito. Assim, e enquanto ‘estrangeiro dentro de portas’, a Chechênia apresenta-se como pólis paralela dotada de estruturas de segurança informais, bem treinadas e em prontidão dentro das estruturas oficiais de segurança, um sistema tributário paralelo, um regime legal próprio e até uma política externa própria. Apesar de o conflito ter sido contido, a segurança permanece frágil e fortemente dependente das ligações entre Ramzan Kadyrov e Vladimir Putin. Em conclusão, “o status quo está assente na derrota militar dos separatistas numa guerra assimétrica, mas na ausência de qualquer dinâmica política positiva ou reforma jurídica a insurgência continua a recrutar” (INTERNATIONAL CRISIS GROUP, 2015, p. 39). O Kremlin criou o sistema mas não controla o seu desenvolvimento no terreno.

8 CONCLUSÃO

Quando a jornalista russa Anna Politkovskaya entrevistou Ramzan Kadyrov em Tsentoroi, a sua cidade natal na Chechênia, em junho de 2004, não pôde deixar de confessar à revista *Novaya Gazeta* o desespero que sentia ao compreender que a história iria elevar aquele homem a um papel de topo na pequena república do Cáucaso do Norte. Nas suas palavras, reproduzidas por Lipman num texto de 2015, “[o] Kremlin criou um dragão bebê que agora precisa ser constantemente alimentado para não cuspir fogo”. As suas suspeitas que ligam a assassinato, em 2015, do opositor Boris Nemtsov a Kadyrov avolumam esta preocupação dentro da própria Rússia e fortalecem a convicção de que Putin criou um problema que não sabe como resolver (BENNETTS, 2016). Na apresentação

de um relatório elaborado pela oposição russa, Ilya Yashin (*apud* BENNETTS, 2016) declarou que “se nos mantivermos calados, um dia destes vamos acordar e os Kadyrovtsy controlam a Rússia”. De fato, o modelo *sui generis* forjado por Putin para controlar a insurgência chechena criou um regime de exceção na federação russa, que é muito difícil de sustentar no futuro, e que se assenta na lealdade pessoal entre dois homens que têm muito a ganhar com o *status quo* mas que também encontram nele grandes riscos. Desta forma, enquanto Ramzan Kadyrov representar mais benefícios e oportunidades do que custos para Moscou, a sua permanência no poder estará garantida, já que o regresso ao caos dos anos 1990 é tudo aquilo que o Kremlin não deseja. Por seu turno, para Kadyrov a solução é especialmente cômoda. Conseguiu construir um Estado dentro do Estado, com a conivência do Kremlin, e aproveitar o *leverage* que lhe dá uma presença de baixa intensidade da insurgência para negociar a canalização de fundos financeiros privilegiados e distribuir assim benesses dentro do seu círculo de poder.

O modelo criado é de fato *sui generis* e não é viável a longo prazo, pois ameaça lançar fogo ao barril de pólvora que é o Cáucaso do Norte, onde as diversas repúblicas disputam os favores de Moscou e esperam ser recompensadas pela contenção do fundamentalismo islâmico e do secessionismo. Além do mais, a contenção financeira exigida pela conjuntura internacional atual e pela degradação das finanças russas irá certamente ter repercussões no orçamento federal russo e implicar orçamentos mais reduzidos para as repúblicas do Cáucaso do Norte. Consequentemente, os tempos que se avizinham serão um teste decisivo à sustentabilidade do modelo checheno. Caso o orçamento para a região não seja reduzido comparativamente ao das restantes repúblicas da região, já penalizadas pelos cortes orçamentários dos últimos anos, este será certamente um fator a acrescentar à instabilidade e tensões na região. Caso se verifique uma redução do orçamento checheno, a lealdade de Kadyrov face a Moscou poderá tornar-se mais imprevisível e poderá surgir a tentação de alimentar a insurgência como estratégia para recuperar o *leverage* face ao centro da federação.

REFERÊNCIAS

BADDELEY, J. F. **The Russian Conquest of the Caucasus**. Londres: Longmans, Green and Co., 1908.

BENNETTS, M. Chechen leader Kadyrov 'threatens all of Russia', opposition warns. **The Guardian**, 23 fev. 2016. Disponível em: <<http://www.theguardian.com/world/2016/feb/23/chechen-leader-ramzan-kadyrov-threatens-whole-of-russia-opposition-warns>>. Acesso em: 23 fev. 2016.

CAMPBELL, A. **Federalism and local politics in Russia**. Londres e NY: Routledge, 2009.

OXALL, A. **Ethnic Relations in Post-Soviet Russia**. Londres e NY: Routledge, 2015.

GELMAN, V. Subnational Authoritarianism in Russia. **Russian Analytical Digest**, n. 67, p. 2-5, 9 nov. 2009. Disponível em: <<http://www.css.ethz.ch/content/dam/ethz/special-interest/gess/cis/center-for-securities-studies/pdfs/RAD-67.pdf>>. Acesso em: 15 fev. 2016.

GOLTS, A. Putin's power Vertical Stretches back to kursk. **The Moscow Times**, 17 ago. 2010. Disponível em: <<http://www.themoscowtimes.com/opinion/article/putins-power-vertical-stretches-back-to-kursk/412485.html>>. Acesso em: 15 fev. 2016.

GOODE, J. P. The Revival of Russia's Gubernatorial Elections: Liberalization or Potemkin Reform? **Russian Analytical Digest**, n. 139, p. 9-11, 18 nov. 2013. Disponível em: <<http://www.css.ethz.ch/content/dam/ethz/special-interest/gess/cis/center-for-securities-studies/pdfs/RAD-139.pdf>>. Acesso em: 15 fevereiro 2016.

HOPF, T. **Understandings of Russian foreign policy**. University Park: The Pennsylvania State University Press, 1999.

HUGHES, J. **Chechnya: from nationalism to jihad**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2007.

_____. Chechnya: the causes of a protracted post-soviet conflict. **Civil Wars**, v. 4, n. 4, p. 11-48, 2001.

INOZEMTSEV, V. Neo-feudalism explained. **The American Interest**, v. 6, n. 4, 2011. Disponível em: <<http://www.the-american-interest.com/2011/03/01/neo-feudalism-explained/>>. Acesso em: 16 fev. 2016.

INTERNATIONAL CRISIS GROUP. Chechnya: the inner abroad”, **Europe Report 236**, 30 jun. 2015. Disponível em: <[http://www.crisisgroup.org/~media/Files/europe/caucasus/236-chechnya-the-inner-abroad.pdf](http://www.crisisgroup.org/~/media/Files/europe/caucasus/236-chechnya-the-inner-abroad.pdf)>. Acesso em: 18 fev. 2016.

KING, C. **The ghost of freedom**: a history of the Caucasus. Oxford: Oxford University Press, 2008.

LIPMAN, M. Ramzan Kadyrov: a challenge to the Kremlin. **European Council on Foreign Affairs**, 28 abr. 2015. Disponível em: <http://www.ecfr.eu/article/commentary_ramzan_kadyrov_a_challenge_to_the_kremlin3013>. Acesso em: 13 fev. 2016.

LOPES, T. From the promise of a post-soviet future to a new chaos: a synoptic vision of the North Caucasus inside the Russian Federation. In: JACH, A. (Ed.). **Rozpad ZSRR**: i jego konsekwencje dla Europy i Świata. Cracóvia: Universidade Jagiellonia, 2011. p. 309-322.

MONAGHAN, A. The vertikal: power and authority in Russia. **International Affairs**, v. 88, n. 1, pp. 1-16, 2012.

PIPES, R. **Russia under the old regime**. Londres: Penguin Books, 1995.

RUSSELL, J. Chechen elites: control, cooption or substitution? **Europe-Asia Studies**, v. 63, n. 6, p. 1073-1087, 2011a.

_____. Kadyrov’s Chechnya: template, test or trouble for Russia’s Regional Policy? **Europe-Asia Studies**, v. 63, n. 3, p. 509-528, 2011b.

SAKWA, R. **The crisis of Russian Democracy**. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.

_____. Russia’s identity: between the ‘domestic’ and the ‘international’. **Europe-Asia Studies**, v. 63, n. 6, p. 957-975, 2011.

ŠMÍD, T. e; MAREŠ, M. Kadyrovtsy: Russia counterinsurgency strategy and the wars of paramilitary clans. **Journal of Strategic Studies**, v. 38, n. 5, p. 650-677, 2015.

SOULEIMANOV, E. A. An ethnography of counterinsurgency: Kadyrovtsy and Russia's policy of Chechenization. **Post-Soviet Affairs**, v. 31, n. 2, p. 91-114, 2015.

SOULEIMANOV, E. A.; ALIYEV, H. Asymmetry of values, indigenous forces, and incumbent success in counterinsurgency: evidence from Chechnya. **Journal of Strategic Studies**, v. 38, n. 5, p. 678-703, 2014.